

Ref. SERPA, A. Os espaços livres de edificação nas periferias urbanas - Um diagnóstico preliminar em São Paulo e Salvador. Paisagem e Ambiente - Ensaios, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 189-216, 1997.

OS ESPAÇOS LIVRES DE EDIFICAÇÃO NAS PERIFERIAS URBANAS UM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR EM SÃO PAULO E SALVADOR

Angelo Serpa¹

RESUMO:

O artigo trata dos espaços livres de edificação nas periferias urbanas e os mecanismos de apropriação social dos espaços públicos pela população de bairros periféricos em São Paulo e Salvador. Discute também a relação sociedade/espço baseado na interpretação dos conflitos entre as esferas pública e privada no cotidiano da cidade contemporânea.

ABSTRACT:

The purpose of the present paper is to analyse the existing open spaces in the periphery of São Paulo and Salvador as well the social use of the public urban areas. We try to clarify the society/space relationship too, based on the interpretation of the conflicts between private and social life in the contemporaneous city.

Os espaços livres, que podem assumir no contexto urbano a forma de ruas, praças, largos, pátios, quintais, parques, jardins, terrenos baldios, corredores externos, vilas e vielas², são a matéria-prima do paisagismo urbano. A hierarquização destes espaços é importante não tanto por sua categorização, mas sim pela noção de conjunto que ela evoca, a partir da definição dos limites geográficos para a sua análise. É na contextualização das categorias de análise que os espaços livres ganham o aspecto de “sistema”.

O CASO DE ITAQUERA E GUAIANAZES EM SÃO PAULO

A Zona Leste de São Paulo e, nela inseridos, os bairros de Itaquera e Guaianazes, possui características de cidade-dormitório, sem um pólo de desenvolvimento e produção própria, abrigando mais de um terço dos 9,5 milhões de habitantes da cidade. As estatísticas apontam uma média de apenas 16 empregos para cada 100 habitantes, enquanto a média da cidade é de 50 para 100 e a do centro de 200 para cada 100 moradores. Tais fatos caracterizam a Zona Leste de São Paulo como espaço periférico e, por que não dizer, marginal, dentro do contexto da metrópole paulistana.

Situados numa das últimas áreas de expansão urbana da cidade de São Paulo, os bairros de Itaquera e Guaianazes assistem, nas últimas décadas, a chegada de milhares de novos moradores, com a implantação, pelas Companhias Habitacionais do Estado, dos Conjuntos

¹ Doutor em Planejamento Paisagístico e Ambiental pela Universidade de Agronomia de Viena, Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia.

² MACEDO, S.S. (1995): Espaços Livres. Revista Paisagem e Ambiente - Ensaios, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, p. 16.

Habitacionais Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e José Bonifácio e, mais recentemente, dos conjuntos do Projeto Cingapura, do governo municipal. Com a criação do Pólo Industrial e Ecológico da Zona Leste³ consolida-se a tendência de industrialização verificada nos últimos anos⁴ com a instalação de indústrias metalúrgicas e de cimento.

PARQUES E PRAÇAS

O Parque do Carmo, um parque metropolitano localizado na Zona Leste de São Paulo, foi instalado nas antigas terras da fazenda do Carmo, de propriedade de Oscar Americano. Essa área de 1.500.359 metros quadrados, desapropriada pelo prefeito Olavo Setúbal, pertencia a uma gleba muito maior, de propriedade da Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO)⁵. Por suas dimensões e pelas diferentes alternativas de lazer que oferece, o parque atrai levas de moradores de bairros periféricos como Itaquera, Guaianazes e São Miguel Paulista. A frequência é maior nos finais-de-semana.

Para a arquiteta Ayako Nishikawa, do Departamento de Áreas Verdes do município, o conflito institucional entre o DEPAVE e a administração regional de Itaquera-Guaianazes impede um uso mais racional do Parque do Carmo. Ela acha que tudo no parque leva a marca do improvisado e reclama da má distribuição dos equipamentos: *“O local onde fizeram o anfiteatro foi bem escolhido mas não pensaram no acesso dos usuários. Do estacionamento até lá são cerca de dois quilômetros de distância”*.

No tocante às praças, a divisão de responsabilidades entre o DEPAVE e as administrações regionais obedece a uma norma informal (não é lei todavia) de que áreas com menos de 5.000 metros quadrados são de responsabilidade das administrações, que devem implantá-las e mantê-las, não havendo necessidade de projeto arquitetônico e paisagístico. A implantação de praças pelas administrações regionais obedece principalmente a critérios políticos, ditados pela política do "é dando que se recebe".

"A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano (...) a cultura popular não oficial dispunha na idade média e ainda durante o renascimento de um território próprio: A praça pública, e de uma data própria: Os dias de festa e de feira"⁶.

³ A Lei 8.211/93 é uma lei de zoneamento que cria uma Zona de Uso Predominantemente Industrial (ZUPI), numa área de mais de 4 milhões de metros quadrados, para a concentração de empresas com capacidade de gerar 70 mil novos empregos. As outras duas leis, também leis de zoneamento, criam duas Áreas de Proteção Ambiental - APA da Mata e Parque do Carmo e Mata do Iguatemi -, impedindo a destruição de 9 milhões de metros quadrados de Reserva Ecológica (Leis 6.409.89 e 8.284/93).

⁴ Exemplos de indústrias instaladas no bairro de Itaquera antes da aprovação do projeto de lei: Vulcânia S/A, Concremix S/A, Niquelação Peres Ltda, Cimetal Ltda, Metalúrgica Gaiser Ltda, Magnum Metal Ltda, Perpal Ind. e Com. de Metais Ltda, Plast Seven Indústria de Plásticos Ltda, etc.

⁵ KLIASS, R.G. (1994): Parques urbanos de São Paulo, Pini Editora, São Paulo, p. 177.

⁶ SEGAWA, H. (1994): Do amor ao público. Jardins no Brasil 1779-1911 - FAUUSP, São Paulo, pp. 23 e 25.

Enquanto as praças do centro de Itaquera conservam ainda esse ar de “festa e de feira”, de exercício de cidadania, muito relacionado ao passear descompromissado por caminhos sinuosos e arborizados (em meio a outros que passam ou sentam-se nos bancos das alamedas), as praças mais afastadas do centro do bairro, na nova “cidade-COHAB”, tornam-se espaços desertos, cegos das suas possibilidades.

“As praças centrais possuem mais dinâmica de passagem que de estagem. E assim devem ser consideradas: um acidente espacial de ruptura com o volume edificado. Existem pessoas, objetos, constantes e imóveis, ou móveis, dentro de um pequeno espaço, sendo entornados por um ir e vir incessante de passantes e momentaneamente apreciadores deste situacionismo mutavelmente decadente, renovador, vindo a criar novos estímulos nestes espaços, onde, por outro lado, a idéia de descansar, repousar, não se dá só ao nível de sair da área de circulação, pois o elemento pedestre passante é imagem (seja qual for o gesto, a atitude, a pressa, a vinda, a fala, o vestir, etc) a ser observada por parte do estante na praça”⁷.

A praça da Estação é esse lugar de encontro para senhores de idade que jogam cartas e conversa fora com os amigos. Também vem gente das lojas próximas, sentar nos bancos e aproveitar a hora do “almoço-sanduíche” sob a sombra das árvores. Para o “cidadão-COHAB”, a Praça da Estação tem até ares de “natureza”. Para os moradores do Conjunto José Bonifácio e redondezas, faltam árvores de grande porte, bancos e equipamentos para as crianças nas praças novas. É o caso das Praças Bom Pastor e Carmen Verdegay, ambas localizadas no conjunto.

A iniciativa dos moradores compensa, em alguns casos, a falta de cuidados da Administração Regional, mas isso nem sempre funciona a médio prazo:

“Para plantar árvores nessa praça em frente de casa, a regional veio aqui, fez reuniões com os moradores. Na época houve toda uma conscientização, todo mundo plantando. Mas algumas pessoas começaram a jogar lixo e entulho naquela área. O pessoal do entorno reclamava, perguntava àquelas pessoas se não viam que aquilo ali era uma praça. Só que essas pessoas que tomavam frente das coisas, que iam lá e cuidavam daquele espaço, estão cansadas” (Maria do Carmo Camargo, 36 anos, moradora de Itaquera).

Samuel Firmo, que foi funcionário da Administração Regional de Itaquera-Guaianazes na gestão da prefeita Luiza Erundina, conta o que era feito na época contra os “jogadores de entulho”: *“Aqueles canteiros centrais da Avenida João Batista Conti foram feitos para que o pessoal não jogasse entulho ali. Na COHAB os caras fazem uma reforminha e não sabem onde jogar o entulho. Aí nós fizemos o canteiro. Porque aí ninguém teve mais a cara de pau de jogar entulho no meio do canteiro”*.

A Praça Brasil, também situada no Conjunto José Bonifácio, tem seu uso ligado ao terminal de ônibus e às lojas existentes no local. É uma praça grande (20.331 metros quadrados), com anfiteatro e play-ground para as crianças, mas sub-utilizada pelos moradores do conjunto. É mais um lugar de “passagem”, do que um lugar de “estagem”.

⁷ GOULART, P.C.A.: Pracidade. Trabalho de graduação interdisciplinar, FAUUSP, São Paulo, p. 40.

Os dados fornecidos pela Administração Regional de Itaquera-Guaianazes mostram que de 1989 a 1994 foram implantados cerca de 139.305 metros quadrados de áreas ajardinadas nestes bairros. Para a arquiteta Laís Monteiro da Silva, do DEPAVE, a manutenção destas praças acaba sendo complicada por que não há um responsável direto por elas: *“Antes existia a figura do jardineiro, mas hoje isso não existe mais. A administração regional tem um engenheiro-agrônomo e uma equipe de mão de obra braçal para fazer a manutenção das áreas verdes da região, mas não desta ou daquela praça (...) Isso não ocorre necessariamente dentro de um parque. Lá é possível ter um administrador que zela por aquela área, uma equipe contratada para cuidar da manutenção e um viveiro para suprir as suas necessidades”*.

A arquiteta ocupa-se no momento com um projeto de revitalização do Parque Raul Seixas, que prevê a instalação de uma quadra de bocha, para os mais velhos, e a ampliação de um galpão existente, transformando-o em um espaço circular, com um palco em declive no centro. O espaço deverá abrigar, no futuro, exposições e eventos. A idéia é diversificar o uso da área do parque, sem contudo retirar dela o seu “ar descompromissado”.

Como o Parque do Carmo, o Raul Seixas leva também a marca do improvisado, desde o momento da sua concepção: *“Aquilo lá foi um ato de ousadia, porque a gente viu que dava para aproveitar aquela área verde vazia. Nós metemos a cara e fizemos, até meio sem apoio das instâncias centrais. Foi a regional que fez na raça”*, reconhece Samuel Firmo. Firmo diz que quando estava na Prefeitura, o pessoal era muito festeiro: *“A Secretaria Municipal de Cultura criou várias casas de cultura durante a gestão da secretária Marilena Chauí. A Casa Raul Seixas é um exemplo. Ela conta com funcionários próprios e seleciona monitores da própria comunidade”*.

Isabel Lagedo, diretora da Casa de Cultura Raul Seixas, explica que a *“primeira coisa que se fez foi realizar alguns encontros de formação para funcionários. Discutimos o que é cultura, o que é arte”*. A Casa de Cultura também realizou enquetes do tipo: *“você ouve rádio?”* *“que programas prefere na tv?”*, para conhecer os gostos e interesses da comunidade. As atividades da casa incluem ainda a realização de shows e oficinas.

A diretora da Casa de Cultura reclama, no entanto, do horário de funcionamento do parque (fecha às 18 horas) e de não poder utilizar muitas vezes os equipamentos existentes na área para a realização das oficinas: *“Quando se fala em meio-ambiente, não se pensa nunca na praça do bairro. Nosso trabalho é com a comunidade. Quando a pessoa passa por aquela porta, ela não quer saber se aqui é o DEPAVE ou a Secretaria de Cultura, ela só quer saber que aqui é um parque com atividades culturais. Para ela é tudo a mesma coisa”*.

ESPAÇOS LIVRES PRIVADOS: JARDINS, PÁTIOS E ESTACIONAMENTOS

“O ajardinamento frontal dos edifícios é um modo de tratamento do espaço, que se origina e consolida nos bairros mais ricos e de classe média alta como Higienópolis e Perdizes, espalhando-se por todo o resto da cidade, a ponto de que em São Paulo 1987 dificilmente se encontra um prédio de apartamentos, por mais distante que esteja situado, que não

apresente sua parte frontal ao menos possuindo um modesto jardim. A consolidação deste processo é extremamente favorecida pela obrigatoriedade de recuos frontais às edificações estabelecida pelo novo código de zoneamento, que são prescritos para quase todas as áreas da cidade. Paralelamente aos recuos frontais são prescritos recuos laterais e de fundo como obrigatórios para diversas áreas, isto consolidando de vez o padrão do prédio isolado no lote”⁸.

No conjunto habitacional José Bonifácio, a privatização de espaços considerados no projeto original como "públicos" resulta do fato de que os mutuários cercam o lote do prédio depois de quitarem o imóvel junto à COHAB. Observa-se que as camadas menos favorecidas da população acabam assumindo o “ideal das elites”:

“Os padrões de organização social dos mais ricos são reproduzidos, como todos os demais, típicos das elites sociais, de um modo reduzido, e na medida do possível, por todas as camadas sociais. A população de um conjunto habitacional, COHAB, recodifica e transforma seus espaços livres, seguindo os arquétipos das classes mais ricas, criando ao seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos”⁹.

No Conjunto José Bonifácio, cercados os prédios de apartamentos, começa a disputa interna pela ocupação e apropriação do espaço privatizado. Ganha em regra quem grita mais alto nas assembléias dos condôminos. O que prevalece são os estacionamentos, com garagens e lojas de construção precária: ocupam 41% da área total. No entanto, a percentagem de áreas ajardinadas e terrenos baldios nos espaços internos aos prédios é alta, cerca de 29%.

Nos prédios com menos espaço a tendência é a redução e, em alguns casos mais radicais, a total eliminação das áreas ajardinadas no interior das edificações. Os terrenos baldios, “incorporados” aos prédios vizinhos e cercados, ou apresentam declividade muito alta e são abandonados pelos moradores, ou servem como varal de roupas coletivo. Nas casas-padrão da COHAB, cerca de 15% das unidades construídas no Conjunto José Bonifácio, os jardins frontais e os quintais desaparecem, dando lugar a garagens e a cozinhas ampliadas.

Nas casas-padrão da COHAB ninguém teve a mesma sorte que Maria Barros Ferreira, 51 anos, moradora de uma casinha “autoconstruída”¹⁰ em Guaianazes, e que dispõe de um imenso quintal, onde o marido cultivava uma horta:

“Meu marido foi quem construiu a casa com a ajuda dos meninos, que agora estão casados. Eu gosto de planta, eu não tenho é tempo para cuidar. Meu marido é aposentado, tá por aí, pelos bares. Quando está em casa gosta de cuidar das plantas”.

⁸MACEDO, S.S. (1987): São Paulo, Paisagem e Habitação Verticalizada. Os Espaços Livres Como Elementos De Desenho Urbano. Diss. Doutorado, FAUUSP, São Paulo, p. 64.

⁹MACEDO, S.S. (1995): Espaços Livres. Revista Paisagem e Ambiente - Ensaios, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, p. 50.

¹⁰“A expansão da mancha urbana e a ocupação do espaço periférico na cidade de São Paulo são decorrentes, a partir de um dado momento histórico, da combinação entre a casa precária auto construída ou autogerenciada pelos moradores e o loteamento popular frequentemente irregular ou clandestino. Essa expansão e ocupação resultaram em práticas urbanísticas peculiares, que configuraram um desenho urbano característico ao processo de urbanização do município” (GROSTEIN, M.D. (1990): Uma cidade por refazer: a periferia paulistana. In: Revista USP, Dossiê Cidades, Março/Abril e Maio/1990, p. 35).

O CASO DE PLATAFORMA E CAJAZEIRAS EM SALVADOR

Com cerca de 58 mil habitantes, Plataforma é um bairro centenário, de origem operária¹¹. Com a decadência do transporte ferroviário e a desativação da linha de barcos que encurtava a travessia da Baía de Todos os Santos para a Ribeira e o centro da cidade, o bairro sofre com o isolamento e o descaso dos órgãos públicos. Erguidos pela URBIS (Habitação e Urbanização da Bahia) na década de 80, os conjuntos habitacionais populares de Cajazeiras equivalem em dimensão e população ao bairro de Plataforma¹², mas apresentam características bastante diferentes quanto ao desenho urbano. Em comum, os dois sistemas possuem a topografia acidentada, o isolamento do centro da cidade e a forte descontinuidade entre os diferentes setores.

OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Plataforma apresenta uma maior percentagem de espaços abertos sobre a área total (18 %) que os conjuntos Cajazeiras X e XI (10,5 % e 13 %, respectivamente). Embora com características morfológicas distintas, os bairros apresentam um relevo bastante acidentado, que se constitui em um fator determinante na ocupação dos espaços disponíveis. A forte descontinuidade da massa construída é definida, portanto, por barreiras naturais (diferenças de nível), intransponíveis para as pessoas em sua movimentação normal sobre o solo. Em Cajazeiras, os conjuntos de prédios, casas e sobrados estão distribuídos como "ilhas", contornando morros e áreas mais inclinadas. Em Plataforma, as áreas mais densamente ocupadas são os fundos de vale e os poucos platôs naturais existentes.

Os espaços livres públicos possuem dimensões médias menores no bairro de Plataforma que nos conjuntos Cajazeiras X e XI (tamanho médio de 296 metros quadrados contra 432 m² em Cajazeiras X e 590 m² em Cajazeiras XI). Mesmo entre os conjuntos habitacionais analisados existem diferenças de organização e concepção da massa construída bem como do sistema de espaços abertos. Em Cajazeiras X, há um dimensionamento mais humano dos espaços livres de edificação que em Cajazeiras XI, devido talvez à inexistência, no primeiro caso, de prédios mais altos e à predominância de casas e sobrados.

Em Plataforma há uma maior distribuição dos passantes/usuários nas diversas unidades do sistema de espaços abertos, enquanto que nos conjuntos habitacionais há uma maior

¹¹ A velha fábrica de tecidos São Brás, junto ao terminal marítimo de Plataforma, guarda, por trás da sua fachada, mais de cem anos da história do bairro: são quase 10 mil metros quadrados de edificações em estilo inglês, típicas das tecelagens industriais do início do século. A tecelagem foi fundada em 1875 e sofreu sua primeira reforma em 1908. O bairro cresceu a partir da fábrica, especialmente o comércio local. É difícil encontrar em Plataforma quem não trabalhou ou tem pelo menos um parente na família que era empregado da indústria de tecidos.

¹² Os conjuntos habitacionais em Cajazeiras foram construídos em quatro etapas, de acordo com os dados fornecidos pela URBIS:

- Primeira etapa (ano de conclusão: 1978): Cajazeiras IV (641 unidades) e V (1001 unidades).
- Segunda etapa (ano de conclusão: 1979): Cajazeiras VII (708 unidades).
- Terceira etapa (ano de conclusão: 1983): Cajazeiras VI (1254 unidades), VIII (1476 unidades), X (1775 unidades) e XI (2400 unidades).
- Quarta etapa (ano de conclusão: 1985): Cajazeiras III (605 unidades).

"canalização" de percursos, com a circulação dos usuários concentrada nas vias centrais, ao longo das quais se distribuem perpendicularmente as ruas secundárias, caracterizadas na sua maior parte como becos sem saída.

Em Plataforma há isolamento não só em relação ao exterior mas também um isolamento intra-bairro, com a concentração de passantes/usuários nas vias e espaços centrais (Praça São Brás e adjacências) e nas proximidades do terminal de ônibus (Largo do Tanque). A falta de planejamento e o grande número de construções ilegais no bairro fecha acessos e impede a circulação dos usuários, isolando a região do Loteamento Orla.

APROPRIAÇÃO SOCIAL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Em Plataforma, a alta densidade populacional, a ocupação desordenada do solo e a predominância de habitações auto-construídas restringem a apropriação dos espaços livres de edificação existentes. A maioria das ruas não possui calçamento, largos e praças são sub-dimensionados e pouco utilizados pelos moradores.

Exceção à regra são a Praça São Brás (3304 m² de área), localizada no "miolo" do bairro e para onde convergem as ruas principais, e o Largo do Tanque (3512 m² de área), onde está situado o terminal de ônibus. Nos dois casos verifica-se uma alta concentração de barracas para venda de comidas e bebidas alcólicas, além da existência de um comércio incipiente. Na Praça São Brás encontram-se padarias, armarinhos, lojas de móveis, depósito de bebidas, além da associação de moradores¹³, do Cine-Teatro Plataforma (fechado há alguns anos) e da Igreja São Brás, referencial arquitetônico do bairro.

Algumas praças e largos de importância local podem ser encontrados no Loteamento Orla (pequenos espaços verdes, utilizados principalmente pelos moradores das casas vizinhas como extensão da casa), no Mabaço de Baixo (um pequeno largo, onde se localiza uma das igrejas evangélicas do bairro) e no Baixo São João (também um largo pequeno, onde se localiza um ponto de ônibus, utilizado principalmente como "local de passagem"). Alguns campos de futebol, distribuídos próximos ao Largo do Tanque e no Baixo São João completam a "oferta" de espaços livres existentes em Plataforma.

Nos conjuntos habitacionais de Cajazeiras, os espaços públicos são super-dimensionados e, na maior parte dos casos, pouco utilizados (têm "vocalização" de lugar de passagem). Em Cajazeiras XI uma sucessão de estacionamentos pavimentados, dispostos ao longo das vias centrais, são utilizados pelos moradores como quadras improvisadas de vôlei e futebol de salão e, em alguns casos, transformados em pequenas praças pelos próprios moradores do

¹³Organizados em uma associação (AMPLA), os moradores de Plataforma vêm lutando, desde 1978, pela melhoria das escolas locais, abertura de novas escolas e creches. Sem ajuda dos poderes públicos, fundaram eles mesmos, em 1979, a Escolinha Comunitária Chapéuzinho Vermelho e, em 1982, a creche comunitária. O prédio, onde hoje funcionam a creche, a escola e a sede da associação de moradores foi construído através de mutirões e supre, dentro das possibilidades de uma instituição criada e mantida por uma associação de moradores, as necessidades locais em termos de atendimento às crianças com idade variável de 3 a 6 anos. A creche-escola se mantém graças ao trabalho voluntário das mulheres da comunidade e atende a cerca de 110 crianças em regime de tempo integral. Além disso, a associação dispõe de um núcleo de costura e tecelagem, marcenaria, serralheria e padaria comunitária.

entorno. Em Cajazeiras X uma praça de porte médio é intensivamente usada pelos moradores das casas mais próximas.

Ao contrário do Conjunto José Bonifácio em Itaquera, São Paulo, não se verifica a privatização dos espaços livres entre os prédios pelos moradores. Com raras exceções, não há muros isolando o prédio no lote, o que torna possível o acesso a estes espaços não só para os moradores dos edifícios, mas também para os passantes e visitantes.

Os espaços livres localizados na frente dos prédios adquirem em alguns casos feições de pequenas praças de importância local (com plantio de árvores e utilização de bancos), bastante usadas pelos moradores do entorno. Os espaços mais reservados são utilizados para varal de roupas, estacionamento, plantio de hortícolas, temperos e plantas ornamentais ou área de estar (com bancos improvisados de madeira).

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O homem moderno é um homem só. Prisioneiros da cultura do ego, vivemos em uma sociedade onde o indivíduo se sobrepõe ao coletivo. Para que os conflitos sejam minimizados e para que se preserve uma certa “soberania” sob condições de proximidade física, fazemos questão de manter alguma distância psicológica, mesmo nas relações mais íntimas. Nossas relações de vizinhança são condicionadas de uma forma determinante pela densidade populacional do local que habitamos, pelo nível econômico e o grau de cooperação dos seus habitantes, bem como pela distância entre as unidades de habitação¹⁴. Estamos sós e gostamos de estar sós.

As relações de vizinhança na cidade contemporânea são muito determinadas ainda pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros operários, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço¹⁵.

A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes. Na sua coluna diária em *A Tarde*¹⁶ o jornalista Samuel Celestino anuncia, por exemplo, a preocupação da Prefeitura de Salvador com o combate às chamadas “invasões de colarinho branco”. São condomínios que ocupam terrenos com playgrounds e áreas de lazer (de uso restrito aos moradores dos prédios), são escolas e faculdades particulares que levam seus muros alguns metros à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula (de uso restrito aos estudantes daquelas instituições). O outro lado da moeda mostra uma Salvador favelizada, sitiada por 357 assentamentos espontâneos, de acordo com um estudo recente da Conder¹⁷.

¹⁴ KELLER, S. (1979), cit. por RIGATTI, D. (1994): Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo, Revista Paisagem e Ambiente-Ensaios, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, pp. 149-150.

¹⁵ Idem, Ibidem.

¹⁶ *A Tarde* é o jornal de maior circulação no Norte-Nordeste (100.000 leitores), editado em Salvador-Bahia.

¹⁷ Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas urbanas periféricas. O arquiteto Bill Hillier¹⁸, um teórico inglês do desenho urbano, chama atenção para o fato de que os passantes representam um importante papel no controle e fiscalização do espaço: Suas pesquisas mostraram que os passantes controlam o espaço e os habitantes, por sua vez, os passantes. Assim, uma fração do espaço poderia ser automaticamente fiscalizada e controlada, sem o uso de vigias, porteiros ou equipamentos eletrônicos. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares, agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços livres de uso coletivo.

Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs: Em uma cidade como Salvador, com ruas estreitas e tortuosas, parece não haver mais espaço para o passeio a pé. Quem se arrisca a fazê-lo deve disputar o asfalto com os carros, ambulantes e caminhões, que também transitam livremente pelo centro da cidade (não há horários específicos para carga e descarga).

Todos estes exemplos nos mostram que a crise da modernidade é uma crise nos domínios público e privado: A erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo¹⁹. Caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente. Estamos sós e gostamos de estar sós (até quando?).

BIBLIOGRAFIA

GOULART, P.C.A.: Pracidade. Trabalho de graduação interdisciplinar, São Paulo: FAUUSP.

GROSTEIN, M.D. Uma cidade por refazer: a periferia paulistana. In: Revista USP, Dossiê Cidades, Março/Abril e Maio, São Paulo, 1990.

HILLIER, B. & HANSON, J. The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KELLER, S. El vecindário urbano: una perspectiva sociológica. 2ª edição. México: Siglo XXI ed., 1979, cit. por RIGATTI, D.: Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo, Revista Paisagem e Ambiente-Ensaio, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, 1995.

KLIASS, R.G. Parques urbanos de São Paulo, São Paulo: Pini Editora, 1994.

¹⁸HILLIER, B. & HANSON, J. (1984): The social logic of space. Cambridge: Cambridge University Press.

¹⁹SENNET, R. (1988) cit. por RIGATTI, D. (1994): Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo, Revista Paisagem e Ambiente-Ensaio, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, p. 146.

MACEDO, S.S. São Paulo, Paisagem e Habitação Verticalizada. Os Espaços Livres Como Elementos De Desenho Urbano. Diss. Doutorado, São Paulo: FAUUSP, 1987.

MACEDO, S.S. Espaços Livres. In: Revista Paisagem e Ambiente - Ensaios, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, 1995.

SEGAWA, H. Do amor ao público. Jardins no Brasil 1779-1911, São Paulo: FAUUSP, 1994.

SENNET, R. O declínio do homem público. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, cit. por RIGATTI, D.: Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo, Revista Paisagem e Ambiente-Ensaios, Vol. 7, FAUUSP, São Paulo, 1995.